

Roriz devolve Estrutural à Câmara

Promulgação de lei que legaliza invasão caberá ao presidente do Legislativo

Vinicius Nader
de Brasília

O projeto de lei regularizando a invasão da estrutural está de volta à Câmara Legislativa do Distrito Federal depois de um mês e meio de aprovado pela casa por 15 votos a sete. O fato se deve à decisão do governador Joaquim Roriz (PMDB) de não sancionar, e nem vetar, a lei. Agora, a responsabilidade sobre a promulgação da lei fica com o presidente da casa, deputado distrital Gim Argello (PMDB), que tem 15 dias úteis, a contar de 1º de fevereiro, data de reabertura dos trabalhos da casa, para promulgar o projeto de autoria de José Edmar (PMDB).

Da Câmara, a lei segue de volta para o GDF, onde o governador Roriz assina ciência da promulgação. Mais uma vez a lei volta à Câmara para finalmente ser publicada. A assessoria parlamentar da Câmara Legislativa do DF estima que todo esse trâmite legal não demore mais do que uma semana. Argello disse, anteriormente, que promulgaria a lei. Agora, anuncia que vai encomendar um estudo ao Ibama. "Conforme o re-



Foto: Arquivo

Estrutural agora faz parte da Área de Proteção Ambiental do Cerrado

sultado, tomarei minha decisão", afirma o deputado, dizendo-se surpreso com o fato de o governador não ter sancionado o projeto e mostrando-se ciente da polêmica que envolve a legalização de uma área próxima a um polduto e dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Polêmica

A legalização da Estrutural é um assunto que vem despertando polêmica mesmo dentro do próprio go-

verno. O secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antônio Luiz Barbosa, é um dos aliados do Governo que se posiciona contra. "Agora a situação está mais complicada do que quando o projeto foi aprovado, pois a área está dentro da nova APA do Cerrado e envolve também o Ibama", afirma o secretário, que esperará o estudo de impacto ambiental feito pela Terracap para licenciar o uso da área.

Uma das maiores preocupações de Barbosa é com

respeito à qualidade da água consumida no DF. "A construção de fossas e cisternas tão próximas de um grande número de nascentes poderá poluir a água consumida por uma boa parte da população", alerta.

O Ministério Público se mostra atento a toda essa polêmica que envolve a legalização de uma cidade na Estrutural, área bem próxima a um polduto da

Petrobras, o que, segundo o procurador de defesa do meio ambiente, Alexandre Camanho, "pode representar uma perigo para a população, pois sempre há riscos de explosões e vazamentos".

Além disso, o procurador ressalta que a Constituição Federal prevê que a distância entre uma Área de Proteção Ambiental e uma comunidade deve ser dez vezes maior do que os cerca de 300 metros observados na Estrutural.

(vnader@gazetamercantil.com.br)